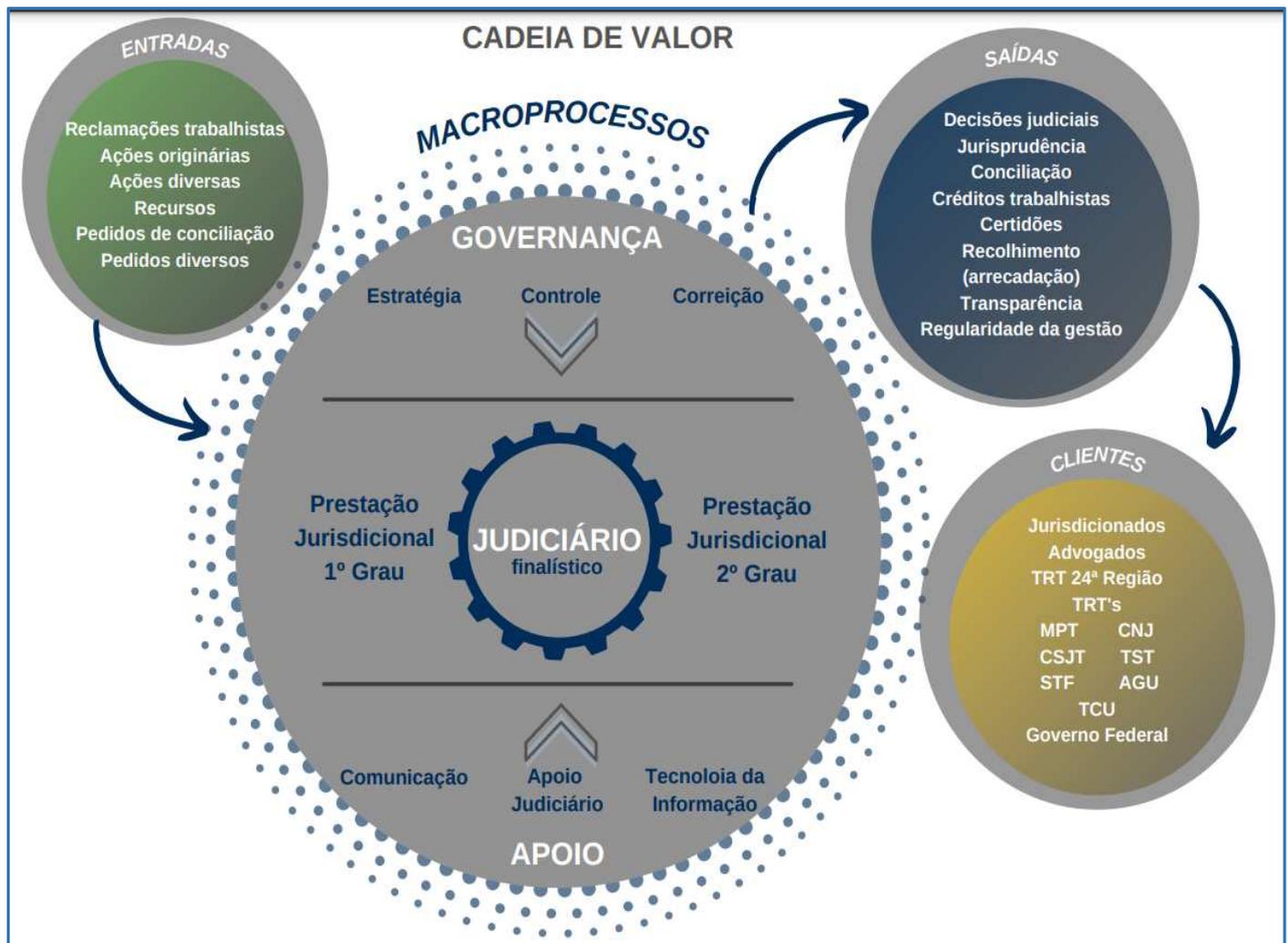


VALOR PÚBLICO 2022

O Decreto 9.203/2017 define valor público como sendo “produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos”.

A Cadeia de Valor do TRT da 24ª Região, demonstra graficamente o conjunto de atividades ou processos desenvolvidos com o objetivo de criar valor para seus jurisdicionados e toda a sociedade do Estado de Mato Grosso do Sul.



Resultados Gerados



Nesse sentido, norteado pela estratégia construída para o período de 2021 a 2026 e tendo como princípio as crenças e virtudes institucionais, materializadas nos valores organizacionais do tribunal, o Exmo. Desembargador Presidente, João Marcelo Balsanelli, destacou os principais resultados gerados e entregues à sociedade nos anos de 2021 e 2022.

Mensagem do Presidente

“O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, com sede em Campo Grande - MS, o mais moderno dentre os tribunais do trabalho do país, como todo órgão público e que realiza relevante trabalho em prol da sociedade, deve prestar contas, e é isso que me cabe fazer neste momento.

No ano de 2022, com muito orgulho, ressalto que tivemos uma intensa produtividade, demonstrando o perfil comprometido dos juízes e servidores deste tribunal. Foram solucionados 21.587 processos e distribuídos 18.644, o que gerou uma imensa diminuição do acervo do 1º grau de jurisdição, que é composto por 26 Varas do Trabalho espalhadas pelo nosso estado. Solucionamos quase 3 mil processos a mais em relação ao número de demanda que recebemos.

De outro lado, a 2ª instância, com seus 8 desembargadores, solucionou 81,63% de toda a demanda recebida, performance que revela o sucesso no objetivo de pacificar a sociedade sul-matogrossense quanto às demandas trabalhistas.

A nossa vocação pela solução negociada dos conflitos ficou evidenciada pelos números dos CEJUSCs (Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas) do 1º e 2º graus. O primeiro grau teve um resultado de R\$ 64.011.150,79 em acordos, enquanto o 2º grau, 28.635,57.

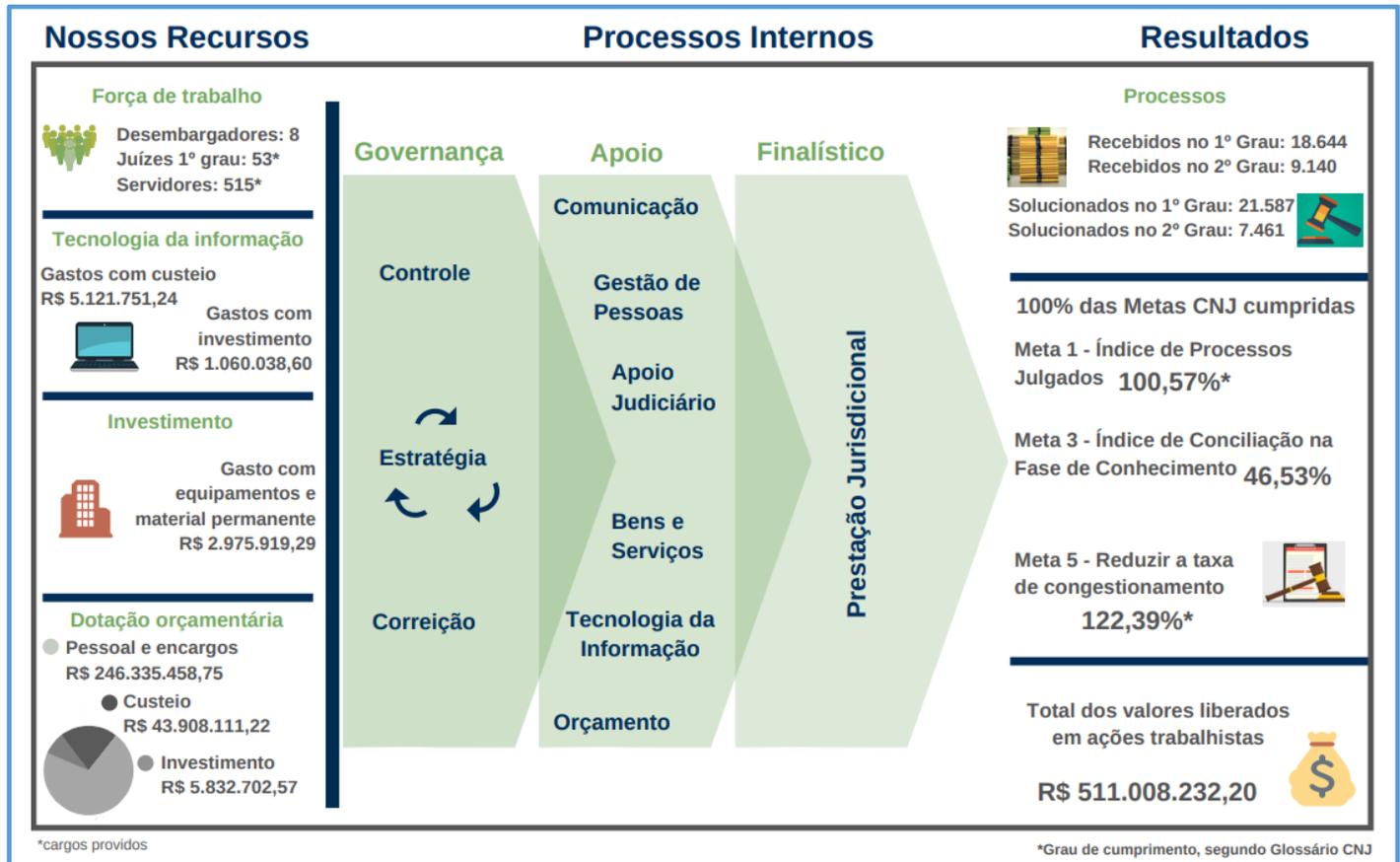
Esse compromisso, com a solução negociada dos conflitos, evidenciou-se ainda mais na Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho), em que o TRT da 24ª Região ficou em 1º lugar dentre os tribunais de pequeno porte, haja vista ter movimentado o maior valor em todo o país. Foram movimentados, em apenas uma semana, R\$ 19.378.899,52.

Performance semelhante foi o que se viu na Semana Nacional de Execução Trabalhista, em que este tribunal, mais uma vez, sagrou-se o campeão no país entre os tribunais de pequeno porte em face dos valores movimentados nas execuções, que atingiram o importe de R\$ 16.182.599,18.

O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região também participou da campanha “Por menos conflitos e mais recomeços”, patrocinada pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), e atendeu, em uma semana, 4.183 pessoas, realizou 1.041 audiências, conciliou o valor de R\$ 1.119.179,62. Além disso, arrecadou o valor de R\$ 289.785,15 de Imposto de Renda e R\$ 1.306.115,88 de INSS.”

Modelo de Negócio

A figura abaixo demonstra claramente a atuação dos recursos disponíveis no ano de 2022, bem como os resultados gerados por meio da execução dos processos internos.



Capacidade de Continuidade

O orçamento do TRT da 24ª Região, considerando o objeto do gasto, é dividido, fundamentalmente, em três grupos de natureza da despesa: Despesas com Pessoal, Outras Despesas e Investimentos.

As Outras Despesas Correntes ou orçamento de manutenção (custeio) são destinadas às despesas com a manutenção do tribunal, ou seja, aquelas despesas que garantem o funcionamento da instituição, tais como gastos com diárias, passagens, água, energia elétrica, telefone, material de consumo, terceirização, entre outros.

O orçamento de investimento (capital) tem como objetivo a conservar a infraestrutura física e patrimonial e oportunizar a necessidade de construção de novas edificações ou a aquisição de equipamentos para beneficiar prioritariamente as atividades de prestação jurisdicional.

Ação Orçamentária	GND	Orçamento Autorizado
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	3	1.200.000,00
Ativos Cíveis da União	1	163.081.603,00
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	3	17.160,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	3	20.366.270,78
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	3	2.930.251,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	3	306.344,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	3	2.114.019,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	4	780.000,00
Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	3	80.000,00
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores	3	11.701.872,00
Benefícios Obrigatórios aos Servidores	3	11.057.291,00
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1	32.044.573,00
Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	1	45.141.938,00
Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias	1	15.000,00
Sentenças Judiciais Transitadas em JU - Nacional	1	35.153,19